

Projectos	Assunto	Estado	Tarefas complementares
Iniciativas apresentadas à Assembleia da República	Gabinete de Recuperação de activos	Aguarda publicação	<ul style="list-style-type: none"> - A composição e a coordenação do GRA são fixadas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça; - Despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça define os termos do relatório a apresentar anualmente.
	Altera os crimes de dano contra a natureza, de poluição e tipifica um novo crime de actividade perigosa para o ambiente, procedendo à 28.ª alteração do Código Penal, e transpõe a Directiva n.º 2008/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008 e a Directiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.	Proposta de lei n.º 59/XI – 2 Caducada	Reapresentação à AR – encontram-se em fase de processo pré-contencioso, tornando-se necessário dar prioridade.
Iniciativas em preparação	Mapa judiciário	Aguarda promulgação	Elaborados diplomas complementares; Cronograma de aplicação.
	Acção executiva	Preparado anteprojecto	
	Custas judiciais		Em preparação anteprojecto que consolide os vários diplomas e uniformize a sua aplicação a todos os processos pendentes.
Adopção de medidas preparatórias que viabilizem o cumprimento dos prazos acordados	Levantamento dos processos pendentes em atraso	Em curso	Relatório entregue no final do mês de Junho
	Monitorização do RPCE	Em curso	
	Proposta de alteração legislativa do regime de		

com a Troika	insolvência		
Estatísticas	Reformulação e aprofundamento da informação disponível no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ)	Em curso	Estão em preparação ou execução as seguintes iniciativas: - Migração do SIEJ para a plataforma de “business intelligence” do ITIJ permitindo a reformulação da página Web do SIEJ e a introdução de novas funcionalidades - Criação de indicadores estatísticos específicos no domínio da insolvência (compromisso 7.18 acordado com a troika)
Comissão paritária Concordata Portugal – Santa Sé	Preparação da legislação relativa ao registo pessoas jurídicas canónicas (em articulação com o IRN)	Em curso	Aguarda-se indicação de interlocutor por parte da Igreja e definição de regras relativas ao regime transitório